



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARARIPINA/PE**

**Processo: 00008089320188172210**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CRISTIANO MACEDO SANTOS MODESTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

**AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpra esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

**Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.**

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da


regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

### **DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO APURADA NO QUADRIL E O ACIDENTE**

Exa., a parte autora promove a presente ação alegando ter adquirido lesão no crânio, apresentando documentos de atendimento comprovando a lesão alegada, sendo importante esclarecer que EM MOMENTO ALGUM ALEGA OU APRESENTA BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO QUE ATESTE LESÃO NO QUADRIL.

Ocorre que após deferida a realização de exame pericial médico, o ilustre perito apura a presença de lesão no crânio e no quadril, todavia, conforme já citado acima, a lesão no quadril não foi adquirida no sinistro ora discutido, estando a ré desincumbida de indenizar a parte autora de tal lesão.

Conforme demonstra boletim médico abaixo, resta bem claro ao que a parte autora apresentava após o acidente **SOMENTE LESÃO NO CRÂNIO**:

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NEUROCIRURGIA	<b>RELATORIO / ATESTADO MÉDICO</b>
PACIENTE: Cristiano Macedo Santos Modesto DATA DA ADMISSÃO: 05/03/17	IDADE: 22 ANOS DATA DA ALTA: 10/03/17
<b>HISTÓRIA CLÍNICA/EVOLUÇÃO</b>	
<p>Paciente foi admitido neste serviço trazido com história de TCE por queda de moto. Ao exame: GCS = 15, isocórico, sem déficit motor. Realizou Tomografia de crânio que evidenciou HED laminar temporal à direita. Foi submetido a tratamento conservador. Após melhora clínica e neurológica, foi encaminhado à enfermaria de neurocirurgia. Realizou TC de crânio de controle, que não evidenciou alterações. Permaneceu internado, sem intercorrências. Recebe alta hospitalar em GCS 15, consciente e orientado, sem déficits neurológicos.</p>	
<b>PACIENTE NECESSITA DE 15 DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES LABORAIS</b>	
HD: TCE + HED CID: S06.4	

PETROLINA, 10 de Março de 2017.

Médico

Desta forma, fica demonstrada a completa ausência de nexo causal entre a lesão no quadril e o sinistro em comento, ficando, assim, a ré totalmente desincumbida de indenizar a parte autora de tal lesão.

**Com o fito de esclarecer a razão pela qual foi apurada tal lesão, requer a intimação do expert para informar porquê tal apuração se deu no presente laudo pericial.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARARIPINA, 5 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**